



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria dos Maiores de
23 Anos - 2025**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de História**

Instruções gerais

- 1.** A prova é constituída por **4 (quatro) grupos de questões obrigatórias**.
- 2.** A duração da prova é de **2 horas**, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
- 3.** Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efetuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
- 4.** Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
- 5.** Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, *ipad*, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados).
- 6.** Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
- 7.** A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respetiva cotação.
- 8.** Integre a análise dos documentos na sua resposta.

Leiria, 24 de maio de 2025

GRUPO 1

Doc. 1 – Caminhos de Centralização do Poder Régio

“Poucos meses depois de ter chegado ao trono, Afonso II convocou uma reunião extraordinária da cúria régia. Realizada na cidade de Coimbra em 1211, daí saiu um conjunto de leis que anunciavam o claro propósito de afirmação do poder do soberano. Tais leis são conhecidas através de documentos tardios (...). De qualquer modo, a generalidade destas disposições legislativas revela uma clara coerência política tendente a reforçar o poder do rei. A própria capacidade de elaboração das leis e o exercício da justiça surgiam assim como as mais importantes funções do monarca (...). Esta política régia de afirmação e de concentração de poder foi elaborada e posta em prática por letrados com formação jurídica, ativos funcionários da Coroa (...). O Direito Romano, sobretudo o de tradição visigótica, fornecia a doutrina e os argumentos para a consolidação de um polo central de poder encarnado pela realeza. As leis de 1211 eram parte desse processo, como o foram igualmente as chamadas Confirmações e Inquirições Gerais pela primeira vez levadas a cabo em Portugal em 1220. A partir de 1216, Afonso II estabeleceu que os senhores laicos ou eclesiásticos detentores de bens, privilégios e jurisdições deveriam requerer a respetiva confirmação de propriedades e direitos por parte da Coroa.”

Bernardo de Vasconcelos e Sousa (2010). “Idade Média (Séculos XI-XV)”, in *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 49-51 [adaptado]

1. Identifique os instrumentos utilizados por Afonso II com vista à centralização do poder régio referidos no texto, mostrando como cada um deles contribuiu para o efeito desejado. [5 valores]

GRUPO 2

Doc. 2 – Cultura Cortesã

Por volta de 1344, D. Pedro, conde de Barcelos e filho bastardo do rei D. Dinis, compilou um conjunto de narrativas sobre as principais famílias nobres dos reinos ibéricos. No prólogo do seu *Livro de Linhagens*, podemos ler o seguinte:

“Porque nenhuma amizade pode ser tão pura como a daqueles que descendem de um sangue; porque estes se movem mais facilmente para as coisas pelas quais a amizade se mantém, houve que declarar neste livro por títulos e alegações que cada fidalgo facilmente isto pudesse saber, e esta amizade fosse descoberta e não se perdesse entre aqueles que a deviam ter. E o que me a isto moveu foram sete coisas. A primeira, para se cumprir e guardar este preceito de que primeiro falamos. A segunda é por saberem estes fidalgos de quem descenderam de pai a filho e das linhas travessas. A terceira, por serem de um coração [segue-se um trecho enaltecendo a necessidade da solidariedade de parentesco] [...]. Se é homem de grande poder, deve-o servir porque vem de seu sangue. E se é seu igual, deve-o ajudar. E se é mais pequeno que si, deve de lhe fazer bem, e todos devem ser de um coração. A Quarta, por saberem os nomes daqueles donde vêm e algumas bondades que em eles houve. A Quinta, por os reis haverem de reconhecer aos vivos com mercês os merecimentos e trabalhos e grandes dificuldades que receberam os seus avós para se ganhar esta terra para eles. A Sexta, para saberem como podem casar sem pecado segundo os sacramentos da Santa Igreja. A Sétima, para saberem de que mosteiros são benfeitores.”

José d'Assunção Barros (2008). “Os livros de linhagens na Idade Média portuguesa – um género híbrido, suspenso entre a genealogia e a narrativa”, *Itinerários*, n.º 27 (pp. 159-182), p. 168 [adaptado].

2. Analise e esclareça o sentido do documento 2, destacando os valores nobiliárquicos nele contidos. [5 valores]

GRUPO 3

Doc. A – Pactos e Alianças durante a Guerra Fria.

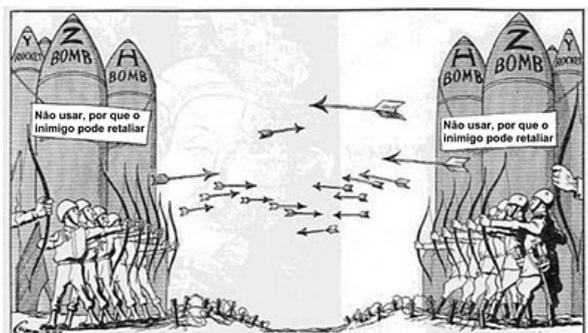


Doc. B – Número de bombas e ogivas nucleares dos EUA e URSS (1945-1985)

Países	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
EUA	2	450	4750	6068	5550	4000	8500	10 100	11 200
URSS ⁽¹⁾	0	0	20	300	600	1800	2800	6000	9900

(1). Estimativa ocidental

Doc. C – “Não usar, por que o inimigo pode retaliar”.



Doc. D – A Guerra Fria e a Descolonização

“De 1945 a 1962, a descolonização fez-se por duas etapas (...). O ano de 1955 é o da viragem, marcado pela Conferência de Bandung – onde, por unanimidade, se decide apressar e generalizar a descolonização – e pela decisão dos Estados Unidos e da URSS de levantarem os limites impostos à admissão de novos membros nas Nações Unidas, decisão altamente favorável à libertação dos povos colonizados.

A Segunda Guerra Mundial alterou profundamente as relações das metrópoles com as suas colónias. (...). E fez surgir duas grandes potências, Estados Unidos e URSS, ambas anticoloniais, embora cada uma à sua maneira” (Vaïsse, 2004, p. 51).

3. Lembre o contexto em que se inserem os documentos e relacione-os com os instrumentos de política externa utilizados pelas superpotências durante a Guerra Fria. Fundamente a sua resposta com exemplos. [5 valores]

GRUPO 4

Doc. 1 - Acto Colonial (1930)

“Artigo 2.º - É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Artigo 22.º - Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.

Artigo 35.º - Os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da metrópole e do Império Colonial Português.

Artigo 36.º - Pertence à Metrópole, sem prejuízo da descentralização garantida, assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que, nos termos do artigo anterior, devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das colónias” (*Decreto-lei n.º 22:465 - Acto Colonial, 1930*).

Doc. 2 - Valores (em %) do comércio Portugal-colónias no total do comércio externo português (1930-1974) (Estatísticas do Comércio Externo, INE, in <http://www.ine.pt>)

Anos	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1974
Importações	7,97	8,24	12,34	18,72	16,36	13,72	14,35	13,75	14,76	10,50
Exportações	10,85	12,29	12,34	23,72	25,29	23,83	25,57	24,98	24,50	10,98

Doc. 3 - Notícia da receção, pelo Papa Paulo VI, dos líderes africanos das colónias portuguesas (*Diário de Notícias, 5 de Julho de 1970*)



4. Analise as implicações da política colonial portuguesa na evolução política do país, dos anos de 1930 a 1974. (Na sua resposta, deverá integrar, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos). [5 valores]

A sua resposta deve abordar os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- política colonial do Estado Novo e o eclodir da guerra nas colónias portuguesas;
- impactos internos e externos da manutenção da guerra colonial até à revolução de 1974.